

Os charqueadores de Pelotas, suas estratégias familiares e a transmissão de patrimônio (1830-1890)

JONAS MOREIRA VARGAS*

Desde as instalações das primeiras *plantations* açucareiras no século XVI até o estabelecimento das primeiras fazendas de café no século XIX, o fluxo de reinóis para a América foi grande. Aglomerações urbanas surgiram durante o auge do ciclo minerador no século XVIII e se acentuaram no Rio de Janeiro, com a vinda da família real, em 1808. Ao longo destes séculos, a chegada de cativos africanos também foi contínua. Tal processo fez surgir, paralelamente, importantes regiões agropecuárias que destinavam sua produção para o abastecimento da população crescente. Algumas regiões, como Minas Gerais e o Rio Grande do Sul, acabaram especializando-se neste ramo. O charque produzido em Pelotas era destinada à alimentação das camadas sociais mais baixas, sobretudo as que residiam na Corte e nas *plantations* escravistas. Segundo João Fragoço (1998: 180), estas últimas se apresentavam como o principal centro de demanda de alimentos. Por volta de 1830, cerca de ¼ das despesas das grandes plantações cafeicultoras do vale do Paraíba do Sul se constituía em gêneros para os escravos. No século XVIII, nas plantações beneditinas da Bahia, tal índice chegava a 30%.

No Rio Grande do Sul, as primeiras charqueadas instaladas nos fins do século XVIII surgiram da necessidade de suprir esta demanda (OSÓRIO, 1999). Ao longo de todo o século XIX, o charque foi o produto-rei da economia sul-rio-grandense e permaneceu no topo das exportações provinciais. Concentrando milhares de cativos e abatendo milhões de reses, Pelotas destacou-se como grande complexo charqueador da região. Localizado no sudeste da província, há alguns quilômetros do porto marítimo de Rio Grande, o município é cortado por vias fluviais que favoreceram o escoamento da produção e propiciaram o enriquecimento dos charqueadores locais. Em 1839, o viajante Nicolau Dreys (1990: 78) declarou que a cidade, em pouco mais de vinte anos, havia deixado de ser “uma aldeia insignificante, constando somente de uma modesta capela rodeada de algumas casinhas baixas”, para tornar-se uma “vila suntuosa composta de edifícios aparentosos, alguns

* Doutorando do Programa de Pós-graduação em História Social da UFRJ. Bolsista CNPq. Contato: jonasmvargas@yahoo.com.br

ornados de todo o luxo da Europa”. Entre 1814 e 1860, sua população cresceu 754%, chegando a quase 13 mil habitantes (MONASTÉRIO, 2005: 15).

Ao lado dos comerciantes de Rio Grande e Porto Alegre e dos estancieiros da região da campanha, os charqueadores ocuparam o topo da hierarquia sócio-econômica da Província. No entanto, os charqueadores eram os maiores escravistas da região, pois possuíam um plantel muito superior ao dos criadores de gado, sendo que os maiores proprietários possuíam mais de 150 cativos. Soma-se a isto o fato de que suas fortunas também possuíam um montante muito maior que aqueles e, entre os mais ricos, apresentavam um perfil bastante diversificado, formado por embarcações, armazéns, imóveis urbanos, ações, dívidas ativas, dinheiro, além das fazendas, animais e cativos.¹

Se em 1822, havia 18 charqueadas, em 1853, o número de estabelecimentos mais do que dobrara, chegando a 38 charqueadas. A década de 1850 e 1860 representou o auge dos abates e exportações do produto. No entanto, este período também foi marcado pela alta do preço dos cativos e uma crescente concentração dos mesmos nas mãos de poucos charqueadores, a perda do mercado consumidor do sudeste para os *saladeros* platinos e uma baixa dos preços do charque. A ruína de alguns empresários favoreceu o surgimento de novos investidores. Em 1880, ainda havia 32 estabelecimentos em Pelotas, mas em 1887 esse índice havia diminuído para 21 fábricas e em 1900, quando esta indústria havia perdido em prestígio e pujança econômica, haviam somente 11 charqueadas no município (VARGAS, 2011).²

Diferentes fontes documentais foram utilizadas para a análise das charqueadas pelotenses. O ponto de partida foi uma listagem elaborada, em 1925, pelo escritor João Simões Lopes Neto. Este, além de ter sido um literato de destaque no cenário rio-grandense, era neto e sobrinho de ricos charqueadores. A relação de Lopes Neto descreve a distribuição geográfica das principais charqueadas que existiram em Pelotas durante o século XIX, somando 43 estabelecimentos.³ Estes não funcionaram ao mesmo tempo, pois alguns foram montados e outros demolidos em épocas diferentes. Portanto, a pequena quantidade de charqueadas em atividade ao longo dos oitocentos – bem menor, por

¹ Estes dados pertencem à pesquisa em andamento cujos resultados parciais foram apresentados na Jornada Acadêmica do Programa de Pós-graduação em História Social da UFRJ, 2010.

² Para outras considerações acerca das mencionadas crises ver também MONASTÉRIO (2003).

³ Esta fonte foi publicada na *Revista do 1º Centenário de Pelotas* intitulada “Notícia sobre a fundação das charqueadas” e está reproduzida em MAESTRI (1984: 60-63) e MARQUES (1987).

exemplo, que as centenas de estâncias e casas de comércio existentes na Província – facilita a análise deste grupo de proprietários.

Para cada uma das 43 charqueadas elencadas, Lopes Neto buscou destacar o primeiro proprietário e para quem a mesma foi sendo transmitida sem esclarecer muito bem se a mesma foi vendida, entregue por endividamento ou legada por herança. O ponto forte da “relação” é exatamente mapear e situar as propriedades ao longo das margens do arroio Pelotas e do rio São Gonçalo, uma vez que a listagem dos proprietários apresenta algumas lacunas. Examinando outros documentos, como, por exemplo, os inventários *post-mortem*, as genealogias de famílias de charqueadores e as listas de qualificação de votantes e da Guarda Nacional, foi possível verificar a ausência do nome de alguns charqueadores.⁴

Dos 43 estabelecimentos arrolados por Lopes Neto, tive que eliminar 3, pois em dois deles o autor não deixou claro quem eram seus proprietários e no outro a charqueada foi demolida ainda na década de 1830. No entanto, acrescentei outro estabelecimento que Lopes Neto não arrolou. Ele estava localizado no extremo sul do município, junto ao arroio do Pavão. Destas 41 charqueadas que pretendo investigar ao longo de minha tese de Doutorado, analisarei somente 32 neste presente artigo, pois ainda não possuo dados suficientes sobre os 9 proprietários restantes. Atualmente, estou analisando as escrituras de compra e venda de imóveis, onde muitas charqueadas foram negociadas na segunda metade do século. A conclusão desta triagem irá trazer novas informações e auxiliará no complemento deste estudo.

O presente texto tem como objetivo oferecer algumas notas iniciais sobre como estes estabelecimentos de charqueada eram transmitidos no interior da família do proprietário. Ao contrário do fazendeiro que podia ter seu patrimônio repartido entre os filhos, os herdeiros de um charqueador não tinham como dividir a fábrica de charque em partes, pois o fracionamento da escravaria e das instalações da empresa tornava a continuação dos negócios inviável. Portanto, as charqueadas eram bens “indivisíveis”

⁴ Como, por exemplo, a Lista de qualificação de votantes de Pelotas (Fundo *Eleições*, maço 2, Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul) e a Lista de qualificação da Guarda Nacional (Fundo *Conselho de Qualificação da Guarda Nacional*, maço 77, Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul). Um manifesto assinado em 1848 pelos charqueadores pelotenses reclamando da pesagem do couro apresenta três indivíduos que não aparecem na listagem de Simões Lopes Neto. O manifesto foi publicado no Jornal O Rio-Grandense, n. 266, 11.01.1848, p. 4. e foi reproduzido por TORRES (2004: 32). Lista de qualificação de votantes de Pelotas de 1880 (Biblioteca Pública Pelotense – transcrição gentilmente cedida pelo Professor Adhemar Lourenço da Silva (UFPel)).

(como um engenho de açúcar, por exemplo) e exigia um planejamento especial por parte dos proprietários para que a empresa não se fragmentasse em gerações posteriores.⁵

Portanto, a transmissão do estabelecimento parecia envolver um processo de “aprendizagem” dentro da própria família onde um dos filhos era investido do papel de sucessor. Em poucos casos, este espaço era preenchido por um genro do proprietário. Naturalmente, alguns charqueadores venderam a sua propriedade durante a vida. Nos casos em que não encontraram pessoas na família que o sucedessem, as viúvas e/ou os herdeiros foram obrigados a arrendarem ou negociarem o estabelecimento. Estes casos serão referendados.

Tendo em vista estas questões, os problemas de pesquisa que buscarei investigar neste artigo são os seguintes:

- Quantas famílias permaneceram na produção do charque entre as décadas de 1830 e de 1880?
- Que filhos herdavam a charqueada do pai e como se davam as estratégias para favorecer alguns herdeiros, contornando o sistema de herança igualitária?
- Qual o destino dos irmãos “preteridos”?

As charqueadas e seu processo de transmissão no interior da família

Os 32 estabelecimentos selecionados pertenceram a diferentes proprietários ao longo do século XIX. Em 23 deles encontrei os charqueadores transmitindo a propriedade a algum parente próximo, ou seja, em 72% dos estabelecimentos um charqueador encontrou um sucessor na família para seguir nos negócios com o charque. Em 15 destes 23 estabelecimentos (quase 2/3) o sucessor foi um filho do charqueador.⁶ Ao mesmo tempo em que o índice de 72% revela um papel importante da família no gerenciamento dos negócios, ele também demonstra que cerca de 28% das propriedades pertenceram a charqueadores que não conseguiram dar prosseguimento à empresa na geração posterior, tendo que revendê-la, ou cujos herdeiros dedicaram-se a outros negócios. Tal fenômeno abria um espaço considerável para que indivíduos com o capital necessário (geralmente

⁵ Ao contrário dos charqueadores, os senhores de engenho já mereceram muitos trabalhos a respeito da análise do processo de transmissão de herança. Ver, por exemplo, FARIA (1998), BACELLAR (1997), COSTA (2004), PEDROZA (2008). Todos estes estudos serviram de referencial teórico e metodológico para esta pesquisa.

⁶ Em 4 destes estabelecimentos o “sucessor” nos negócios foi o genro, em 2 deles foram os netos, em 1 o cunhado e em outro o afilhado.

comerciantes ou ricos estancieiros) investissem na compra de um estabelecimento de charquear, adentrando ao pequeno círculo desta elite.

Entretanto, para refinar esta análise decidi agrupar os empresários em conjunturas e gerações distintas. Seleccionando três períodos diversos tem-se: “A” (década de 1830), “B” (ano de 1850), “C” (ano de 1880). A Guerra dos Farrapos (1835-1845) marca um importante divisor entre os períodos A e B, e as diferentes crises que afetaram as charqueadas (décadas de 1860 a 1870) significaram um importante obstáculo para as famílias que atuaram neste negócio entre os períodos B e C.

Analisando os três grupos e levando em conta os reveses mencionados é possível observar que a taxa de renovação das famílias proprietárias de charqueadas em Pelotas foi bastante considerável e que o número de novos investidores ocupou um percentual mais significativo ainda. Dos 29 charqueadores que estavam na ativa no período B, 12 também eram charqueadores no período A e 5 eram filhos de pais charqueadores no período A. Portanto, 17 (58%) charqueadores pertenciam a famílias proprietárias do primeiro período. Por outro lado, 42% deles encontraram espaço para tornar-se proprietários sem possuir vínculos familiares com os charqueadores locais. Muitos destes “novos” charqueadores do período B eram comerciantes portugueses que decidiram investir nos negócios. Alguns deles acabaram casando-se com filhas dos charqueadores cujas famílias eram “estabelecidas” inserindo-se em uma rede parental mais ampla, que envolvia crédito e acesso ao mundo da política local.

Destes 29 charqueadores do período B, somente 4 ainda estavam na ativa no período C e outros 12 possuíam parentes próximos no mesmo.⁷ Portanto, de 1850 para 1880, 16 charqueadores (55%) tiveram seus bens nas mãos da mesma família. É um índice muito aproximado do apontado acima. Superando todos estes reveses e permanecendo do período A até o C, ou seja, por mais de 60 anos nos negócios, temos 13 famílias (proprietárias de 14 propriedades), ou seja, 43,8% dos 32 estabelecimentos selecionados para esta análise. Algumas delas estão entre as mais ricas desta elite, como os Gonçalves Chaves, os Silva Maia, os Moreira, os Assumpção, os Rodrigues Barcellos e os Oliveira Castro. É possível considerar que a história destas 13 famílias se confundia com a história de seus estabelecimentos e que as mesmas concentraram em suas mãos

⁷ Entre os mesmos, 7 estavam nas mãos dos filhos, 2 dos genros, 1 dos netos, 1 do irmão e 1 do cunhado. Como um destes charqueadores possuía dois estabelecimentos e ambos ficaram com os netos, o número de charqueadores é 16, mas o número de charqueadas 17.

uma parcela considerável das charqueadas analisadas, vedando o acesso das mesmas a outras famílias. Esta concentração fica mais evidente quando se percebe que das 13 famílias apontadas, 9 estavam ligadas entre si por meio de matrimônios estabelecidos entre filhos e filhas, o que ampliava mais ainda esta concentração. Tornar-se genro de um charqueador poderia ser uma das formas de ingressar no seio destas famílias longevas. No entanto, destas 13 famílias, o genro conseguiu herdar o papel de charqueador em somente 2 delas. Portanto, nestas famílias que conseguiram superar a Guerra dos Farrapos e os períodos de crises das décadas de 1860 e 1870 os filhos foram os sucessores preferenciais destes proprietários.

A sociedade com os filhos “escolhidos”

A transmissão da charqueada para um dos filhos não deve ser vista como uma obviedade nas relações familiares. Estudando os engenhos de Campos dos Goytacazes (Rio de Janeiro) no século XVIII, Sheila Faria (1998) verificou um sistema sucessório matrilinear, ou seja, o engenho era transmitido para um dos genros por intermédio de uma das filhas. No caso estudado por Faria, o genro português e comerciante foi o típico herdeiro e sucessor nos negócios da localidade. No entanto, estudando diferentes sistemas sucessórios e dando ênfase aos engenhos de açúcar do oeste paulista, Carlos Bacellar (1997: 15) considerou que havia padrões diferenciados no processo sucessório dos mesmos. Neste mesmo sentido, Dora Costa (2004) identificou um padrão diferente do localizado por Faria. Estudando o oeste paulista na passagem do século XVIII para o XIX, ela verificou que o padrão hegemônico era o patrilinear, embora houvesse espaço para os genros herdeiros.

O padrão localizado nas charqueadas era semelhante ao encontrado por Costa (2004). Como já mencionei, analisando os 32 estabelecimentos de charqueadas, percebe-se que 23 deles apresentaram charqueadores que foram sucedidos por membros da mesma família na administração da fábrica. Destes 23 estabelecimentos, 15 apresentaram transmissão de pai para o filho. Como um charqueador era dono de duas charqueadas, tem-se 14 proprietários a serem analisados. Destes 14 charqueadores, 12 tiveram nos seus filhos primogênitos os herdeiros dos negócios da charqueada. Para um deles o sucessor foi o segundo mais velho e para outro ainda não consegui identificar se o filho herdeiro era o mais velho. Portanto, além de um número considerável de charqueadores apresentar

um filho que o sucedesse nos negócios com a charqueada (quase a metade do total dos estabelecimentos e cerca de 2/3 dos estabelecimentos onde houve transmissão dos negócios no interior da família), em mais de 90% dos casos o filho sucessor era o primogênito.

Sendo realizada no interior da família, esta transmissão da charqueada não envolvia apenas os bens materiais, mas também os conhecimentos administrativos, o prestígio social, a rede de créditos, o governo da escravaria, entre outros fatores importantes no gerenciamento dos negócios. Sendo assim, esta ocupação envolvia um conjunto de “saberes”, ou seja, de conhecimentos específicos herdados e que eram aprendidos desde a juventude, quando o filho já acompanhava o pai na administração dos bens. Tal aprendizado envolvia o conhecimento das redes mercantis, tanto para comprar gado e sal, quanto para conseguir mão-de-obra por um preço favorável. Ser filho de um charqueador também podia garantir melhores acordos com arrendatários, capatazes e trabalhadores eventuais, além de herdar prestígio social e político – importantes nas negociações e na busca de crédito na praça, assim como favores de diferentes tipos. Portanto, creio não ser coincidência que 7 das 10 famílias de charqueadores mais ricas de Pelotas também estão entre as famílias que denominei *longevas*, ou seja, aquelas que conseguiram manter-se nos negócios desde a década de 1830 (e muitas delas antes disto) até o fim da monarquia.

Para além dos dados estatísticos, é possível verificar qualitativamente o encaminhamento da charqueada de pais para filhos. João Vinhas, por exemplo, foi proprietário de dois estabelecimentos, sendo que um deles estava instalado no Uruguai.⁸ Na propriedade localizada em Pelotas, ele possuía sociedade com o filho primogênito. No seu testamento, Vinhas ainda esclarecia que o genro deveria ser gratificado por serviços prestados na sua outra charqueada localizada no Uruguai. Anos depois, João Vinhas Filho tornou-se proprietário da charqueada e, posteriormente, a mesma foi passada ao seu irmão caçula Pedro.⁹ O mesmo pode ser verificado entre os charqueadores José Inácio da Cunha, Tomás José de Campos e Boaventura Rodrigues Barcellos, por exemplo.¹⁰

⁸ A charqueada no país vizinho não está incluída na presente análise. Os casos em que o charqueador possuía estabelecimentos em ambos os lados da fronteira foram muito raros.

⁹ Inventário de João Guerino Vinhas. N. 383, maço 26, Cartório de órfãos e provedoria, ano 1854, Pelotas, APERS. p. 13v. Listagem de Simões Lopes Neto.

¹⁰ Inventários de José Inácio da Cunha. N. 600, m. 38, 1865, 1º cartório de órfãos e provedoria, Pelotas

Nas listas de qualificação de votantes também é possível verificar isto. Em 1865, Heleodoro de Azevedo e Souza, 60 anos, e seu filho homônimo, 35 anos, foram classificados como “charqueadores”. Como possuíam somente um estabelecimento, pai e filho deviam administrar conjuntamente a fábrica da família. Em 1880, ano em que Antônio José da Silva Maia era proprietário de uma charqueada em Pelotas, seu filho Bernardino da Silva Maia foi qualificado como “administrador”. Na leitura dos inventários de membros da família Maia, fica evidente que os filhos e genros auxiliavam no gerenciamento da empresa. No mesmo ano, Vicente Lopes dos Santos Filho aparece como “gerente” na lista de votante e no mesmo documento o seu pai era charqueador, revelando que esta família também apresentava este tipo de negócios.¹¹

Portanto, entre os charqueadores, ser sócio do próprio pai ou sogro era uma forma de iniciação importante e também funcionava como um facilitador no início dos negócios, pois montar uma charqueada exigia elevados custos. Estudando famílias de estancieiros em Alegrete, no Rio Grande do Sul, Luis Augusto Farinatti concluiu que:

“Tanto no caso do desempenho da pecuária quanto no que tange à ocupação de cargos militares, o fato dos filhos homens seguirem os passos do pai era francamente facilitado pela existência de um patrimônio previamente construído pela atuação paterna. Tal patrimônio era composto por estâncias, gado, escravos, relações comerciais, crédito e informações, no caso da pecuária e negócios, e por cargos e relações sociais, no caso dos postos militares. (...) os filhos de grandes estancieiros tinham facilidade no início de suas trajetórias como pecuaristas, uma vez que muitos deles recebiam gado e escravos como adiantamento de herança, podiam criar seu primeiro rebanho nas terras de seus pais, sem necessitar pagar qualquer forma de arrendamento e contavam com o crédito que seus pais já haviam conquistado no mercado” (FARINATTI, 2007: 224).

Para não precisar dividir a charqueada entre os demais herdeiros e contornar o sistema igualitário de herança no Brasil, a família devia elaborar estratégias sucessão dos bens que fossem aceitas entre seus membros e não prejudicassem em demasia uns com relação aos outros.¹² Uma das formas de realizar este projeto era o charqueador legar em sua terça testamentária uma parte dos bens para os filhos-sócios, favorecendo-o na

(APERS), Tomás José de Campos. N. 1004, m. 47, 1º cartório de órfãos e provedoria, Rio Grande (APERS) e Boaventura R. Barcellos. N. 409, m. 28, 1856, 1º cartório de órfãos e provedoria, Pelotas (APERS).

¹¹ Inventário de Antônio José da Silva Maia. N. 995, m. 57, 1884, 1º cartório de órfãos e provedoria, Pelotas (APERS). Lista de Qualificação de votantes de Pelotas (1880).

¹² Para maiores detalhes sobre os sistemas de herança no Brasil Império e as estratégias sucessórias para contornar estas relações ver COSTA (2004).

partilha. Tal procedimento foi realizado por Inácio Rodrigues Barcellos, que deixou toda a sua terça aos três filhos mais velhos que eram seus sócios na charqueada e que seguiram como proprietários até a década de 1880.¹³

Os charqueadores que vislumbravam a continuidade dos seus negócios com seus herdeiros buscavam orientar os filhos para uma direção planejada. Em 1870, o charqueador Tomás Jose de Campos deixou claro em seu testamento que os filhos Virgínio e Tomás o auxiliavam no estabelecimento, mas que o primeiro era seu sócio e que a direção dos negócios devia ficar a cargo dele. A orientação paterna e a tentativa de manter a família unida nos negócios ficam claras em outro trecho do testamento, quando o pai pede para que “não haja entre meus herdeiros a menor questão judicial; de que não representem o papel de corvos a espicaçar a carniça a quem mais aproveita”. E complementava: “Quisera que me fizessem o bem de sempre se auxiliarem como irmãos, e darem o bom exemplo de mutuamente se amarem, seja este o maior legado que lhes deixo”.¹⁴

A escolha do filho-charqueador devia ser uma tarefa eivada de dificuldades, pois exigia acordos e devia buscar não desagradar os outros filhos, como já mencionei. Algumas vezes os planos fracassavam. Em 1890, José Bento de Campos, em seu testamento, deixou claro o seu descontentamento, pois o filho homônimo que ele colocou como administrador da charqueada vinha retirando quantias superiores a que tinha direito, e o pai assumiu que isto desfavorecia os seus outros filhos.¹⁵

Os casos conflituosos dificultavam a partilha dos bens e exigiam maiores gastos do irmão-charqueador, além de provocar grandes brigas no interior da família, quebrando as relações econômicas e de favores estabelecidas no seu interior.¹⁶ Portanto, creio que na maioria dos casos o irmão-charqueador devia buscar uma maior harmonia com os familiares, pois a mesma podia lhe facilitar nos negócios. Quando este possuía um capital

¹³ Inventário de Inácio Rodrigues Barcellos. N. 554, m. 36, 1863, 1º cartório de órfãos e provedoria, Pelotas (APERS).

¹⁴ Inventário de Tomás José de Campos. N. 1004, m. 47, 1º cartório de órfãos e provedoria, Rio Grande (APERS).

¹⁵ Inventário de José Bento de Campos. N. 1165, m. 65, 1º cartório de órfãos e provedoria, Pelotas (APERS).

¹⁶ Ver, por exemplo, os inventários de João Guerino Vinhas. N. 383, maço 26, Cartório de órfãos e provedoria, ano 1854, Pelotas (APERS) e Jacintho Antônio Lopes. N. 1028, m. 58, 1º cartório de órfãos e provedoria, 1885, Pelotas (APERS).

suficiente ou o apoio do restante da família (que lhe facilitava as negociações com prazos e valores privilegiados) ele podia comprar as partes herdadas pelos irmãos na charqueada e os escravos tornando-se o único proprietário da mesma. Dora Costa utilizou o termo “irmão concentrador” para analisar estes casos. Foi o que fizeram João Simões Lopes Filho e Antônio José Gonçalves Chaves, por exemplo. Este seguiu administrando a charqueada do pai junto com outros de seus irmãos.¹⁷ Firmas formadas por irmãos e cunhados não eram raras, mas a grande maioria dos inventários post-mortem que pesquisei revela que as charqueadas possuíam somente um proprietário, apesar de serem gerenciadas com a participação de familiares próximos.

O esforço financeiro do irmão-concentrador permite considerar que ser o herdeiro da charqueada não deve ser encarado simplesmente como um privilégio. Dependendo dos casos, ser investido como o sucessor paterno ou tornar-se o genro-proprietário também podia ser um ônus. O primogênito investido do papel empresarial poderia ter (e muitas vezes tinha) uma vida muito mais agitada do que a de um filho burocrata ou advogado, por exemplo. Além da charqueada com sua numerosa escravaria, ele devia administrar suas estâncias de criação de gado e os peões livres e escravos das mesmas, suas embarcações, seus armazéns, imóveis urbanos, chácaras e, em alguns casos, suas olarias. Além do mais, a concentração dos recursos econômicos fazia com que o irmão-charqueador fosse o mais procurado pelos irmãos nas horas de dificuldade financeira, tendo que ocupar o papel antes pertencente ao pai.¹⁸ Portanto, este favorecimento de um dos filhos, sobretudo dos primogênitos, não deve ser visto somente como causador do prejuízo dos demais. Para o bom andamento da empresa, é possível que o irmão-charqueador contasse com o apoio dos demais familiares, uma vez que a charqueada podia suprir a necessidade econômica dos parentes criadores de gado, comerciantes e estudantes, por exemplo. Estes eram alguns dos possíveis espaços reservados aos filhos “preteridos”, como demonstro a seguir.

¹⁷ Livro de Transmissões e Notas. 2º Tabelionato, Pelotas, Livro 4, p. 73v. Inventários de Antônio José Gonçalves Chaves. N. 754, m. 45, 1º cartório de órfãos e provedoria, 1872, Pelotas (APERS).

¹⁸ A presença de filhos e irmãos entre os devedores da herança e as próprias terças testamentárias evidencia que familiares usufruíam dos bens econômicos que circulavam no estabelecimento.

O encaminhamento dos filhos “preteridos”

Herdar a ocupação de charqueador do pai, portanto, era uma das escolhas possíveis dentro do encaminhamento dos filhos na vida adulta. Escolha esta que não dependia exclusivamente do pai, mas que era planejada e decidida em família.¹⁹ Neste sentido, é necessário trabalhar com a noção de *estratégia familiar* não apenas no sentido econômico, mas também no social e no político. A diversificação das atividades sócio-profissionais dos filhos podia trazer benefícios diversos às famílias.²⁰ Apesar do termo “estratégia” oferecer uma racionalidade demasiada aos agentes, como alertou Edoardo Grendi (1996), seguimos as premissas de Giovanni Levi (2000) que buscou despi-lo de significados tão rígidos, considerando-o e reafirmando-o como um comportamento que, apesar de racional, era limitado e seletivo. Esta *racionalidade limitada* obedecia, portanto, aos condicionantes estruturais e conjunturais na qual a família agia e interagia, contribuindo para romper ou reforçar os próprios traços desta estrutura social.

Entre os charqueadores é muito comum encontrar filhos com *ocupações econômicas* variadas, como as de comerciante ou estancieiro, ou, em menor número, *profissões* como advogado, militar ou médico. A aproximação dos charqueadores com o universo mercantil e pecuário resulta numa maior presença de filhos pertencentes ao primeiro grupo apontado. Estudando o Rio Grande do Sul nas primeiras décadas do Oitocentos, Helen Osório (1999) já havia apontado a significativa presença do charqueador-comerciante na elite regional da época. Ocupando o topo da hierarquia sócio-econômica muitos deles haviam montado suas charqueadas com o capital mercantil acumulado. A análise dos charqueadores de meados do século XIX e das décadas seguintes nos demonstra que a íntima relação entre comerciantes e charqueadores ainda manteve-se forte. Isto ajuda a explicar porque a Associação Comercial de Pelotas, criada em 1874, foi continuamente dirigida ou presidida por charqueadores. Este foi o caso de Possidônio Mâncio Cunha, João Maria Chaves, Lúcio Lopes dos Santos, Paulino Costa Leite, Joaquim Rodrigues da Silva, Joaquim da Silva Tavares e Joaquim José de Assunção.

É muito comum encontrar charqueadores com filhos identificados como comerciantes. No primeiro caso podemos dar como exemplo José Vianna, Vicente Lopes

¹⁹ Para uma análise mais detalhada ver VARGAS (2010); BARBOSA (2009); FARINATTI (2007).

²⁰ Para maiores detalhes ver VARGAS (2010).

dos Santos, Manoel Valladares e Antônio de Azevedo Machado, além de outros. O caso de Antônio José da Silva Maia é bastante elucidativo. Além dos filhos Adolfo e Ismael serem comerciantes em Pelotas, Lafayette era comerciante no Rio de Janeiro e Manoel, em Recife. O Visconde da Graça também possuía três filhos comerciantes em Pelotas: José, Evaristo e Vicente.²¹

No entanto, a estratégia familiar não envolvia somente a formação dos filhos, mas também as alianças matrimoniais dos mesmos. A atração de genros comerciantes para o interior da família foi algo muito comum entre os charqueadores. Manoel Soares da Silva, por exemplo, casou sua filha com o mencionado Antônio José da Silva Maia, quando ele era ainda comerciante. O mesmo acabou comprando a charqueada do sogro. Manoel ainda possuía genros comerciantes em Rio Grande, centro mercantil e porto marítimo da região, e outro em Salvador.²² O charqueador Jacintho Lopes também possuía genros comerciantes, sendo que um possuía seus negócios em Rio Grande e outros dois no Rio de Janeiro.²³

A presença do genro comerciante também foi verificada entre os grandes criadores de gado de Alegrete (FARINATTI, 2007) e entre os senhores de engenho de Campos dos Goytacazes (FARIA, 1998). Em ambos os casos, o mesmo supria a necessidade de liquidez que marcava estas unidades produtivas agrárias, lhes facilitando o crédito e o acesso a mercadorias, além de estabelecer um vínculo mais sólido com as praças mercantis. Conforme Farinatti, por serem parentes, eles também emprestavam dinheiro com prazos e juros diferenciados. No caso dos estancieiros, as mercadorias adquiridas pelos genros comerciantes compunham parte essencial da remuneração dos peões. “Tendo em conta que a família comprava essas mercadorias ‘a grosso’ e as entregava para seus peões pelo preço de ‘retalho’, pode-se deduzir que aí havia uma forma de se conseguir um abatimento nada desprezível no pagamento dos peões”. O autor conclui: “Não parece ter sido por acaso que (...) a grande maioria das famílias da elite

²¹ Inventário de Antônio José da Silva Maia. N. 995, m. 57, 1884, 1º cartório de órfãos e provedoria, Pelotas (APERS). Lista de Qualificação de votantes de Pelotas (1880).

²² Inventário de Manoel Soares da Silva. N. 318, maço 22, Cartório de órfãos e ausentes, Pelotas, ano 1850, (APERS). A Bahia foi uma das principais províncias importadoras de charque ao longo do século XIX, sobretudo no início da década de 1870, quando, junto com o Pernambuco, importavam quase 80% do charque rio-grandense (MARCONDES, 2009).

²³ Jacintho Antônio Lopes. N. 1028, m. 58, 1º cartório de órfãos e provedoria, 1885, Pelotas (APERS).

agrária estudada procurava contar com pelo menos um membro dedicado ao comércio” (FARINATTI, 2007: 274). A grande diferença da elite estudada por Faria (1998) das elites rio-grandenses, é que nestas últimas os genros não se constituíram nos herdeiros principais dos estabelecimentos, o que revelava um sistema sucessório patrilinear.

Além do filho ou genro comerciante, o charqueador também podia ter um filho ou genro estancieiro, além de possíveis irmãos e cunhados proprietários de terras. Estas propriedades eram na sua maioria na região da campanha e/ou no Uruguai. João Simões Lopes, o Visconde da Graça, por exemplo, tinha no seu filho Catão Bonifácio, estancieiro em Uruguaiana, um importante ajudante e fornecedor de gado da região da campanha. Além disso, Catão também era incumbido pelo pai de comprar os animais na tablada (feira de gado em Pelotas) (REVERBEL, 1981: 19). Transações comerciais como estas também eram comuns entre os Rodrigues Barcellos. Carla Menegat (2009) demonstrou que esta família charqueadora possuía muitos parentes estancieiros no Uruguai, de onde irmãos e cunhados enviavam gado para as charqueadas pelotenses mantendo a produção e o comércio coletivamente.

Outro encaminhamento possível para os filhos, mas menos comum, era a formação acadêmica, que podia proporcionar uma profissão liberal ou um importante cargo na burocracia. Não possuímos dados referentes aos formados em Medicina e Engenharia, mas Pelotas despontava como um dos grandes focos de famílias que enviavam seus filhos para estudar Direito em São Paulo, ficando atrás somente de Porto Alegre.²⁴ Dos 22 pelotenses formados entre 1832 e 1889, 18 eram filhos ou netos de charqueadores. Ainda é importante referendar que a educação superior dos filhos não tinha como objetivo somente o encaminhamento de uma formação profissional e a conquista de prestígio social, mas também, a de uma qualificação melhor para intervir no mundo da política, como já demonstrei em pesquisas anteriores (VARGAS, 2010). O diploma de bacharel em direito era o principal bilhete de entrada para o mundo da alta política – tão importante na produção e na reprodução de riqueza e status social na sociedade brasileira dos oitocentos.

²⁴ Elencando 113 bacharéis de direito rio-grandenses formados em direito na Faculdade de São Paulo, constatei que 26 eram de Porto Alegre e 22 de Pelotas (VARGAS, 2010).

Das famílias que abandonaram os negócios

Como já foi dito, 28% dos 32 estabelecimentos aqui analisados não apresentaram charqueadores com membros da família que os sucedessem nos negócios. É importante deixar claro que o fato de que alguns estabelecimentos não terem encontrado um familiar para continuar o sucedendo nos negócios não significava que os mesmos não fossem realizados em família. Muitas vezes os herdeiros possuíam dificuldades em seguir no ramo sem a orientação paterna. Conflitos entre genros e sogras, entre irmãos ou entre cunhados não foram raros e dificultavam o andamento dos negócios. As guerras e crises econômicas também eram obstáculos significativos.

A leitura do inventário post-mortem do Capitão João Jacintho de Mendonça também ajuda a elucidar estas relações.²⁵ Proprietário de duas charqueadas e pai de 11 filhos, sendo 7 mulheres, João possuía 3 genros charqueadores: Manoel Moreira, Ismael Ferreira e Heleodoro de Azevedo e Souza e a análise de suas dívidas ativas e passivas demonstram significativas transações econômicas no interior da parentela. Ao arrendar a charqueada do falecido sogro, o genro Manuel, por exemplo, pagou a metade do valor pago “por igual arrendamento” realizado por outro indivíduo sem ligações com a família, revelando um nítido favorecimento ao genro. O uso conjunto de escravos alugados e o empréstimo de dinheiro de uns aos outros também pareceu ser corrente. O genro Dr. Ovídio Trigo Loureiro conservava consigo as notas de uma dívida do comerciante uruguaio para com o seu sogro. Já o filho Francisco era proprietário da invernada dos Molhes, onde parte do gado do pai se encontrava.

Ao atrair para sua família outros 3 genros charqueadores, João cercou-se de possíveis herdeiros externos, uma vez que nenhum dos filhos seguiu a carreira dos negócios. Um de seus estabelecimentos acabou pertencendo aos herdeiros, incluindo o genro Manoel, que parecia estar administrando-a, e o outro foi vendido a Honório Luís da Silva. A primeira charqueada foi vendida anos mais tarde. Portanto, a família parece ter gradualmente abandonado o perfil charqueador, visto que os filhos e netos de João acabaram seguindo o caminho das profissões liberais e não seguiram os negócios do pai. Os 3 filhos mais velhos do charqueador foram enviados para o centro do país para estudarem, com exceção do caçula Francisco – estancieiro no Uruguai. O primogênito

²⁵ Inventário de João Jacintho de Mendonça. Processo n. 41, maço n.1, Ano 1862, 2º Cartório do Cível de Pelotas (APERS).

João retornou da Corte como médico e Alexandre e Jacintho retornaram de São Paulo, bacharéis em direito. No final da monarquia, os Jacintho de Mendonça já não eram mais uma família de charqueadores. Se as causas do abandono desta ocupação foram meras decisões individuais ou se tiveram uma pressão de fatores conjunturais após o falecimento do patriarca da família (em 1862) são questões que precisam ser melhor investigadas.

Ainda é preciso estudar melhor tanto as famílias que denominei longevas quanto aquelas que não resistiram às crises das décadas de 1860 e 1870, tendo que abandonar os negócios com o charque. Famílias como os Rodrigues Barcellos, que entre as décadas de 1830 e 1850, possuíam um importante prestígio político regional e chegaram a possuir 7 charqueadas na região, ao final da monarquia detinham somente um estabelecimento e o mesmo estava entre os mais pobres da localidade.²⁶ Em contrapartida, o mencionado Antônio José da Silva Maia, que entre 1830 e 1850, era um comerciante local, herdou a charqueada do sogro e construiu um patrimônio dos mais ricos da década de 1870 e 1880, legando grande fortuna aos filhos.²⁷

Considerações finais

Poder político, status e riqueza caminhavam juntos e confundiam-se num só projeto coletivo, mas poucas famílias os conquistaram. Tanto é verdade que, com pequenas variações, as famílias que concentraram filhos bacharéis em direito são praticamente as mesmas que possuíam as maiores fortunas da minha amostra de inventários (cuja pesquisa ainda está em andamento) e são as que concentraram os principais cargos políticos e títulos de nobreza em Pelotas: os Antunes Maciel, os Simões Lopes, os Rodrigues Barcellos, os Gonçalves Chaves, os Jacintho de Mendonça, os Gonçalves Braga, os Assunção e os Moreira. No entanto, ainda é preciso definir melhor os critérios de hierarquização social, política e econômica dentro deste universo particular que é Pelotas e investigar melhor outros mecanismos de reprodução social, transmissão de propriedade e perfil das fortunas e investimentos. Neste sentido, a presente pesquisa traz alguns indicadores que demonstram como as charqueadas confundiam-se com a história de algumas famílias vinculadas por laços de parentesco entre si, o que revela uma

²⁶ Inventário de Boaventura T. Barcellos. N. 157, m. 5, 1º cartório de órfãos e provedoria, 1890, Pelotas (APERS).

²⁷ Antônio José da Silva Maia. N. 995, m. 57, 1884, 1º cartório de órfãos e provedoria, Pelotas (APERS).

concentração destes estabelecimentos nas mãos de poucas pessoas, apontando para uma hierarquia e uma desigualdade na distribuição de bens materiais e imateriais dentro do próprio grupo sócio-econômico

Bibliografia

- ASSUMPÇÃO, Jorge Euzébio. **Pelotas: escravidão e charqueadas (1780-1888)**. Porto Alegre, PPGH/PUC-RS, Dissertação de Mestrado, 1995.
- BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. **Os senhores da terra: família e sistema sucessório entre senhores de engenho do oeste paulista (1765-1855)**. Campinas: Centro de Memória da Unicamp, 1997.
- BARBOSA, Carla Adriana da Silva. **A casa e suas virtudes: Relações familiares e a elite farroupilha (1835-1845)**. São Leopoldo. Dissertação de Mestrado. PPG-História Unisinos, 2009.
- CARVALHO, Mário Teixeira de. **Nobiliário Sul-riograndense**. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Livraria do Globo, 1937.
- COSTA, Dora Isabel Paiva da. *Formação de famílias proprietárias e redistribuição de riqueza em áreas de fronteira: Campinas, São Paulo, 1795-1850*. In: **História Econômica & História de Empresas**. Vol. VII, n. 2, jul-dez, 2004, p. 7-35.
- DREYS, Nicolau. **Notícia descritiva da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Nova Dimensão/Edipucrs, 1990.
- FARIA, Sheila de Castro. **A Colônia em Movimento: fortuna e família no cotidiano colonial (Sudeste, século XVIII)**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- FARINATTI, Luis Augusto. **Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil (1825-1865)**. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: PPG em História Social do IFCS-UFRJ, 2007.
- FRAGOSO, João L. R. **Homens de Grossa Aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- GRENDI, Edoardo. *Repensar a micro-história?* In: REVEL, Jacques (org.). **Jogos de escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.
- LEVI, Giovanni. **A Herança Imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- LIMA, Henrique Espada. **A Micro-história italiana: escalas, indícios e singularidades**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

- MAESTRI FILHO, Mário José. **O escravo no Rio Grande do Sul: a charqueada e a gênese do escravismo gaúcho**. Porto Alegre: EST, 1984.
- MARCONDES, Renato Leite. O mercado brasileiro do século XIX: uma visão por meio do comércio de cabotagem. In: **Anais do VIII Congresso Brasileiro de História Econômica (ABPHE)**. Campinas: CDROM, 2009.
- MARQUES, Alvarino da Fontoura. **Episódios do Ciclo do Charque**. Porto Alegre: Edigal, 1987.
- MENEGAT, Carla. **O tramado, a pena e as tropas: família, política e negócios do casal Domingos José de Almeida e Bernardina Rodrigues Barcellos (Rio Grande de São Pedro, Século XIX)**. Porto Alegre: PPG-História UFRGS, Dissertação de Mestrado, 2009.
- MONASTERIO, Leonardo. *A decadência das charqueadas gaúchas no século XIX: uma nova explicação*. In: **VIII Encontro Nacional de Economia Política**. Florianópolis. Anais do VIII Encontro Nacional de Economia Política. Florianópolis: SEP, 2003.
- MONASTÉRIO, Leonardo M. *FHC errou? A economia da escravidão no Brasil meridional*. In: **História e Economia Revista Interdisciplinar da Brazilian Business School**. São Paulo: Terra Comunicação Editorial, v.1, n. 1, 2005, p. 13-28.
- OSÓRIO, Helen. **Estancieiros, lavradores e comerciantes na constituição da Estremadura Portuguesa na América: Rio Grande de São Pedro, 1737-1822**. Niterói: PPG em História da UFF, Tese de Doutorado, 1999.
- PEDROZA, Manoela. **Engenhocas da Moral: um estudo sobre uma dinâmica agrária tradicional**. Tese de Doutorado em Ciências Sociais, Unicamp, 2008.
- REVERBEL, Carlos. **Um Capitão da Guarda Nacional**. Caxias/Poa: UCS/ Martins Livreiro, 1981.
- TORRES, Daniel de Quadro. **Rio Grande – Pelotas: produção, comércio, redes mercantis e interesses econômicos em meados do século XIX**. Monografia de conclusão do Curso de História. FURG, 2004.
- VARGAS, Jonas Moreira. **Entre a paróquia e a Corte: os mediadores e as estratégias familiares da elite política do Rio Grande do Sul (1850-1889)**. Santa Maria: Ed. UFSM/Anpuh-RS, 2010.
- VARGAS, Jonas Moreira. *Das charqueadas para os cafezais? O comércio de escravos envolvendo as charqueadas de Pelotas (RS) entre as décadas de 1850 e 1880*. In: **Anais do V Encontro de Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**. Porto Alegre, UFRGS, 2011, p. 1-20.